

## “Nós os de *Orpheu*”: da distinção

Rita Patrício

### Resumo

O presente ensaio entende o texto “Nós os de *Orpheu*” de Fernando Pessoa a partir do seu contexto específico de publicação, uma revista que presta homenagem a *Orpheu*, vinte anos depois da sua curta existência, e à *Presença*, dominante no panorama literário nacional coevo. Atendendo à circunstância de ser a colaboração em *Sudoeste* a última publicação em vida de Pessoa, estas são as suas derradeiras e, nesse sentido, definitivas palavras sobre *Orpheu*. Esta nota será discutida, por um lado, tendo presentes outros textos em que Pessoa se pronunciou sobre *Orpheu* e, por outro, considerando-a como acto de distinção relativamente ao movimento presencista. O confronto entre *Orpheu* e *Presença*, que este número de *Sudoeste* encena e promove, passou a ser determinante na leitura do modernismo literário português. Este ensaio defende que é a consciência dessa confrontação a subjazer à nota editorial de Pessoa e a tornar decisivas as escolhas dos outros textos que o autor decidiu publicar nessa mesma ocasião, o poema “Conselho”, em nome próprio, e a “Nota ao Acaso”, de Álvaro de Campos.

**Palavras-chave:** Fernando Pessoa, *Orpheu*, *Presença*, *Sudoeste*, modernismo.

### Abstract

This essay considers Fernando Pessoa’s text “Nós os de *Orpheu*” within its specific context of publication, a magazine that pays tribute to *Orpheu*, twenty years after its short existence, and to *Presença*, a dominant magazine in the national literary scene at the time. This collaboration in *Sudoeste* is Pessoa’s last publication in his lifetime, being these therefore his ultimate and, accordingly, definitive words about *Orpheu*. This note will be discussed, on the one hand, in relation to other texts in which Pessoa spoke about *Orpheu* and, on the other hand, considered as a distinguishing act in relation to the *Presença* movement. The confrontation between *Orpheu* and *Presença*, that this number of *Sudoeste* stages and promotes, has become decisive in reading the

Portuguese literary modernism. This essay argues that it is the awareness of this confrontation which underlies this editorial note as well as the choice of the other texts the author decided to publish on the same occasion, the poem “Conselho”, in his own name, and “Nota ao Acaso”, from Álvaro de Campos.

**Keywords:** Fernando Pessoa, *Orpheu*, *Presença*, *Sudoeste*, modernismo.

## “Nós os de *Orpheu*”: da distinção

Rita Patrício

No segundo número da revista *Sudoeste*, publicado em Outubro de 1935, Almada Negreiros anuncia o próximo número como uma “revista de colaboração”, sendo “seus colaboradores os da extinta revista *Orpheu* e os da actual revista *Presença*, de Coimbra”. E acrescenta: “É com orgulho que *SW* faz esta homenagem aos colaboradores de *Orpheu* e da *Presença*, os quais por representarem a mais constante posição da arte em Portugal, formam o verdadeiro sentido que se prossegue em *SW*.” (Negreiros, 1935:4). Em Novembro de 1935, no mês e ano da sua morte, no terceiro número de *Sudoeste*, Pessoa publica “Nós os de *Orpheu*”, nota que antecede a selecção dos textos daqueles que tinham colaborado com a revista cujo aparecimento nesse ano celebrava 20 anos. Nesse *corpus*, estão dois textos pessoanos, o poema “Conselho”, assinado por Fernando Pessoa, e uma “Nota ao acaso”, assinada por Álvaro de Campos.

O presente ensaio pretende ler o texto “Nós os de *Orpheu*” de Fernando Pessoa, entendendo-o a partir do seu contexto de publicação específico, uma revista que presta homenagem a *Orpheu*, vinte anos depois da sua curta existência, e à *Presença*, dominante no panorama literário nacional coevo. Esta nota será discutida tendo presentes outros textos que Pessoa foi escrevendo sobre *Orpheu*. Atendendo à circunstância de ser a colaboração em *Sudoeste* a última publicação em vida de Pessoa, estas são as suas derradeiras e, nesse sentido, definitivas palavras sobre *Orpheu*.

“Nós os de *Orpheu*” é uma nota editorial assinada exclusivamente por Pessoa, ainda que, ao longo do texto, se inclua Almada como responsável pela edição da colaboração relativa a esta revista. Pessoa começa por responder imediatamente ao que tinha sido adiantado por Almada: “Anunciou Almada, no segundo número de *SW*, que neste terceiro se inseriria colaboração dos que foram de *Orpheu*. Cumpre-se.” (Pessoa, 2009:95). Recorde-se que, nas palavras de Almada, *Orpheu* e *Presença* irmanavam-se ao aparecerem descritas como representantes da “mais constante posição da arte em Portugal” e formando “o verdadeiro sentido” que *Sudoeste* prosseguia. Mas, no momento em que anuncia essa dupla homenagem, o editor contrapõe a “extinta revista *Orpheu*” à

“actual revista *Presença*” e essa distinção afecta a descrição que as equipara: a posição de *Orpheu* é a de uma tradição já pretérita, a da *Presença* está actuante. É a essa distinção que Pessoa imediatamente responde, logo no modo particular como se cumpre o anúncio dessa colaboração: “Procurámos coordenar, Almada e eu, produções inéditas de quantos figuraram literariamente na revista extinta e inextinguível a que ambos pertencemos.” Se Almada tinha decretado a extinção de *Orpheu*, Pessoa imediatamente corrige esse epitáfio definitivo: *Orpheu* é uma revista “extinta e inextinguível”. Pessoa voltará, aliás, a proclamar lapidarmente a inextinção de *Orpheu* no final da sua nota, que retoma, amplificando essa condição aparentemente contraditória: “*Orpheu* acabou. *Orpheu* continua.”

Atente-se ainda na opção editorial, desde logo explicitada, de publicar nesta homenagem textos inéditos dos que foram de *Orpheu*, modo de mostrar a sua não extinção. Assim, o que se apresenta torna-se particularmente significativo, pois ilustra a presença e a actualidade de *Orpheu* em tempos da *Presença*; nesse sentido, importa considerar não só as escolhas que se apresentam (e, sob esse ângulo, voltarei aos textos pessoais, de Pessoa e de Campos), mas também as ausências e as suas justificações.

É, aliás, de ausências que Pessoa se ocupa maioritariamente. As primeiras exclusões a serem justificadas são as dos colaboradores brasileiros, Ronald de Carvalho e Eduardo Guimaraens, “por motivos de estreiteza de tempo e largueza de distância”, nada mais se adiantando sobre questões biográficas ou poéticas que pudessem contribuir para a sua não presença (nada se adianta ou sugere, por exemplo, sobre o facto de ambos já terem morrido). Explicada esta dupla omissão exclusivamente por razões geográficas e de agenda, pode o autor registar o sucesso da reunião dos de *Orpheu*: “conseguimos que estivessem presentes todos os outros”. Mas o registo da presença de “todos” imediatamente é corrigido, assinalando-se “duas excepções, uma delas atenuada com o sacrifício do ineditismo”. Esta segunda é objecto do parágrafo seguinte, em que se refere o resgate de um poema esquecido de Ângelo de Lima, “aquele extraordinário soneto – um dos maiores da língua portuguesa – em que o poeta descreve a sua entrada na loucura, em que longos anos viveu e em que morreu”, com que este marca presença nesta homenagem: “O soneto, se não é inédito, está contudo esquecido. Publicando-o, não deixamos de, saudosamente, fazer lembrar quem, não sendo nosso, todavia se tornou nosso.”

A justificação da ausência de Côrtes-Rodrigues ocupa o mais longo parágrafo da nota e merece atenção demorada:

Nada porém foi possível incluir de Côrtes-Rodrigues, que é directamente de *Orpheu*, e os poemas de cuja personalidade inventada, Violante de Cysneiros, são uma maravilha subtil de criação dramática. Neste caso a dificuldade foi, como no dos brasileiros, geográfica: estas produções foram coordenadas à pressa, Côrtes-Rodrigues vive nos Açores.

Tal como no caso dos poetas brasileiros, ao problema da distância soma-se a “estreiteza de tempo” nestas “produções coordenadas à pressa” e essas aparecem como as razões mais imediatas a justificar a ausência. Mas acabará por se tornar claro que o verdadeiro problema que a inclusão da obra de Côrtes-Rodrigues coloca não é o da sua suposta inacessibilidade. Lembrando o valor da sua colaboração passada, na referência aos “poemas de cuja personalidade inventada, Violante de Cysneiros, são uma maravilha subtil de criação dramática”, justifica-se preteritamente um poeta “que é directamente de *Orpheu*”; mas nas linhas que se seguem Pessoa deixa claras as suas reservas:

Aqui lhe deixamos, num abraço, a expressão da nossa camaradagem de sempre; e o perpetrador destas linhas, velho amigo seu, acrescenta a ela o desejo de que Côrtes-Rodrigues não se embrenhe demasiado, como de há tempos se vai embrenhando, no catolicismo campestre, pelo qual facilmente se aumenta o número de vítimas literárias da pieguice frustrada e asiática de S. Francisco de Assis, um dos mais venenosos e traiçoeiros inimigos da mentalidade ocidental.

Declarada, e supostamente explicada, a ausência de Côrtes-Rodrigues, nada mais restaria aos editores, Pessoa e Almada, do que manifestar “num abraço, a expressão da nossa camaradagem de sempre”, inscrevendo num plano pessoal a ligação presente. Mas o primeiro, “o perpetrador destas linhas”, não resiste, ainda sob o signo de uma velha amizade, a acrescentar um “desejo”, em que é legível uma violenta crítica ao poeta visado.

No espólio, encontramos uma versão dactilografada deste texto, com o título “Nós, os de «Orpheu»”[87-50], que muito se aproxima da que foi publicada. Há, contudo, nesse texto, emendas a lápis que consideram a inclusão da colaboração de Côrtes-Rodrigues. A passagem, com as alterações que podemos ler aí, ficaria do seguinte modo:

Foi possível incluir de Côrtes-Rodrigues, que é directamente de *Orpheu* os poemas de cuja personalidade inventada, Violante de Cysneiros, são uma maravilha subtil de criação dramática. Estas produções foram coordenadas à pressa, Côrtes-Rodrigues vive nos Açores.

Podemos, então, concluir que, num determinado momento da edição deste caderno de homenagem, terá sido ponderada a hipótese de publicar, tal como no caso de Ângelo de Lima, textos não inéditos de Côrtes-Rodrigues. Mesmo nesse cenário, a crítica manter-se-ia, demarcando-se veementemente Pessoa do poeta açoriano em relação à sua obra poética posterior a *Orpheu*.

O que podemos registar é que esta nota se ocupa sobretudo de questões editoriais: diz-nos que a colaboração dos de *Orpheu* é feita com inéditos; dá-nos razões para as ausências de Ronald de Carvalho, de Eduardo de Guimarães e de Côrtes-Rodrigues (naquele que é o maior parágrafo do texto), e para a inclusão de Ângelo de Lima. Mas, quer na opção pelos inéditos quer nas explicações da ausências e da inclusão, o discurso é sobretudo informativo. O silêncio sobre os nomes de José Pacheco e Santa-Rita Pintor, que não constam no texto de Pessoa, nem colaboram neste número, leva a que haja uma adenda à nota, agora assinada *SW*, que precisamente os evoca.

Não há lugar a uma reflexão estética mais ampla. A crítica a Côrtes-Rodrigues é, significativamente, o único momento de ponderação literária em todo o texto, e aparece num registo pessoal, apresentada como “acrescento” ao texto principal. Para além desta, as únicas breves passagens que se referem a coisas literárias são as qualificações dos poemas dramáticos de Violante de Cysneiros, e do soneto de Ângelo de Lima.

Este registo editorial torna-se ainda mais evidente se atentarmos a um outro texto, “Nós a Presença”, de João Gaspar Simões. Não só o anúncio de Almada contrapunha a “extinta revista *Orpheu*” à “actual revista *Presença*”, o passado ao presente, como a própria estrutura do número 3 dava corpo a essa contraposição: *Sudoeste* é formada por dois núcleos, o de *Orpheu* e o da *Presença*, cada um deles antecedido por uma nota assinada por um nome associado a cada um dos movimentos. Paralelamente à nota de Pessoa, temos então a de João Gaspar Simões: e os títulos evidenciam, para além da semelhança, a possibilidade de os entender como chave a concitar a confrontação dos textos, até na assunção da primeira pessoa plural, que dá imediatamente voz a cada um dos grupos, assim postos em diálogo editorial.

A comparação entre *Orpheu* e *Presença* é o motivo central do texto de João Gaspar Simões:

*SW* quis reunir nas suas páginas colaboração dos colaboradores da revista que se chamou *Orpheu* e da que se chama *Presença*. *Orpheu* existiu. *Presença* existe. À revista *Orpheu* corresponde o período heróico do «modernismo» português. Nas suas páginas ficaram impressas algumas das obras mais «revolucionárias» que se tem escrito em Portugal. Mas o *Orpheu*, como revista literária, teve apenas em vista agrupar um certo número de individualidades com pontos de contacto entre si, talvez pelo único motivo

de cada uma ser uma individualidade e ter uma individualidade. Por mais aparentemente harmónico e conexo que pareça, o grupo do *Orpheu* como movimento harmónico e conexo, nunca existiu. Honra lhe seja feita, não era outro o seu objectivo. Do *Orpheu* ficou-nos a obra do Mário de Sá-Carneiro e a de quantas *individualidades* nele colaboraram e depois dele subsistiram como *individualidades*. (Simões, 1935: 22)

Gaspar Simões começa por repetir Almada, com a afirmação de que *Orpheu* existiu e que a *Presença* existe. Depois corrige, dizendo que, num certo sentido, *Orpheu* nunca existiu. Ficaram nomes – e só cita o de Mário de Sá-Carneiro como autor que existe para além de *Orpheu* – e obras. E vai contrapor isso à realidade da *Presença*, que, não só existe, como existe para além das individualidades que a compõem.

*Presença* é como que uma «pessoa moral» mantendo uma individualidade susceptível de direitos e obrigações, completamente autónoma em face das individualidades que a constituem e dela independente. [...] Sejam quais forem as barreiras que se levantem entre os que fazem parte desse núcleo constitutivo da *Presença*, *Presença*, por si só mantém e manterá uma individualidade.

Por isso, conclui Gaspar Simões sobre as diferenças entre as duas revistas:

*Orpheu* e *Presença*, revistas a que *SW* quis ir buscar os seus colaboradores, gentileza a que a *Presença*, pela sua parte, não pode deixar de ser sensível, são pois quanto a nós, movimentos que entre si se distinguem pela razão de o primeiro não ter existido senão enquanto existiu, num momento dado, uma revista com esse nome, e o segundo por ter existido e continuar existindo independentemente das individualidades que se dão por seus elementos constitutivos.

Eis porque se não pode escrever com propriedade “Nós, os da *Presença*” como, com propriedade, escreveu Fernando Pessoa “Nós, os de *Orpheu*” mas só com propriedade se poderá escrever “Nós, a *Presença*”.

Gaspar Simões cita o título da nota pessoana tal como aparece no testemunho que existe no espólio, com uma vírgula a seguir ao pronome, podendo supor-se que dele tenha tomado conhecimento a partir de uma cópia da mão de Pessoa (tal como podemos admitir que a supressão dessa vírgula, assim como da vírgula do título relativo à *Presença* ainda presente no corpo da nota de Gaspar Simões, seria da responsabilidade da edição de *Sudoeste*).

A justeza dos títulos, cuja diferença se acentua mais pelo seu evidente paralelismo, está na propriedade com que designam a relação entre o pronome e a revista respectiva: entre o “Nós” que usa Gaspar Simões e a *Presença*, nome que aparece como seu aposto, existe uma relação de

equivalência; no caso de Pessoa, esse “Nós” não se identifica com *Orpheu*, mas designa aqueles que lhe estão ligados e o nome da revista funciona como marca de distinção ou de origem que permite circunscrever um grupo. Foi sempre, aliás, essa a prática de identificação relativamente a *Orpheu*, colocada muitas vezes em termos de pertença (“ser de *Orpheu*” ou “ser dos nossos”). Mas desde muito cedo foi evidente aos de *Orpheu* que *Orpheu* não designava uma unidade estética. Pessoa e Sá-Carneiro pretenderam esclarecer os vindouros:

Os Directores de ORPHEU julgam conveniente, para que se evitem erros futuros e más interpretações, esclarecer, com respeito á arte e formas de arte que nessa revista foram praticadas, o seguinte:

[...]

(4) Os artistas de ORPHEU pertencem cada um á eschola da sua individualidade propria, não lhe cabendo portanto, em resumo do que acima se disse, designação alguma colectiva. As designações collectivas só pertencem aos syndicatos, aos agrupamentos com uma idéa só (que é sempre nenhuma) e outras modalidades do instinto gregário, vulgar e natural nos cavalos e nos carneiros.

(5) Os colaboradores de ORPHEU foram os seguintes: Mário de Sá-Carneiro, etc.

NOTA – Como não é possível que dois indivíduos de intelligencia e personalidade estejam de acordo, porisso que cada um d’elles é um, os directores de ORPHEU assignam ambos esta declaração com a declaração de “vencidos”. (Pessoa, 2009: 69-70)

Este texto defendia já perante julgamentos futuros essa pluralidade de individualidades irreductíveis entre si como marca distintiva. Nessa medida, a única forma de designar os colaboradores de *Orpheu* seria elencá-los e é esse o gesto inacabado do ponto 5. Regressemos a “Nós os de *Orpheu*”. O que aí encontramos é sobretudo uma outra maneira de apresentar os de *Orpheu* como um elenco de nomes próprios, chamados a assinar cada um dos poemas com que colaboram, o que claramente contrasta com a apresentação programática da nota de Gaspar Simões, que pretende definir a *Presença* como movimento uno.

Se retirarmos da nota de Pessoa tudo o que se relaciona com a explanação de questões editoriais muito concretas, dando conta dos critérios de edição do caderno de homenagem e, sobretudo, justificando ausências, a excepção concedida a Ângelo Lima, o que temos é o seguinte:

Quanto ao mais, nada mais. Cá estamos sempre.  
*Orpheu* acabou. *Orpheu* continua.



Estas são as declarações de Pessoa que directamente implicam os de *Orpheu* presentes neste caderno de homenagem. Sugiro particular atenção sobre estas últimas palavras de Pessoa sobre a revista.

Começa com a assunção de nada dizer (“Quanto ao mais, nada mais.”), o que significa rodear de silêncio aquilo que aqui se apresenta como monumento presente, dispensando qualquer comentário. O que resta depois desse anúncio de silêncio é a declaração de uma presença sempre actuante e sempre significativa, lugar silencioso a partir do qual se observa o curso da história: “Cá estamos sempre.” O lugar a partir do qual se pode ver *Orpheu* e o que sobre ele se pode dizer foram sempre os pontos críticos da crítica pessoana à revista. Pessoa desde muito cedo pretendeu legendar a revista e o seu significado: proponho um retorno aos primeiros apontamentos sobre *Orpheu* pela mão do próprio Pessoa.

Logo a 6 de Abril de 1915, no n.º 3 do *Jornal*, numa crónica literária assinada por “Fernando Pessôa”, o autor furta-se à crítica a *Orpheu* ou a uma explicação do seu conteúdo, mas sublinha a sua novidade.

Como se dê o caso de sermos colaborador desta revista, e como, caso – não a querendo por isso criticar – preferissemos dar uma idéa da sua orientação, fatalmente consumiríamos um impossível numero de colunas, limitar-nos-hemos a algumas observações, que não constituirão critica nem explicação, mas que visam apenas a orientar no assunto os espíritos curiosos e para quem meia palavra baste. (*idem, ibidem.* 40)

Tal como aparece aqui exposto, a questão crítica que *Orpheu* coloca ao ambiente em que é recebido é o da necessidade e da impossibilidade de aclarar orientações. E há duas realidades cuja orientação seria necessário esclarecer: em primeiro lugar, a da própria revista, “caso preferissemos dar uma idéa da sua orientação, fatalmente consumiríamos um impossível numero de colunas”, pois isso exigiria muito espaço e tempo, ou seja, explicar qual o caminho para que aponta é neste momento tarefa impossível por implicar uma extensão incomportável; em segundo lugar, seria necessário orientar o modo de receber *Orpheu*, e, abdicando de qualquer propósito crítico ou explicativo a seu propósito, propõem-se aqui algumas notas conducentes à orientação da recepção desse objecto, anunciando, desde logo, o corpo truncado desse anúncio, feito só de “meia palavra”.

Este número impossível de colunas em que fatalmente se consumiria o crítico poderá ter sido tentado em vários esboços. Chamo a atenção para a seguinte passagem:

Todo o phenomeno literario – corrente, grupo ou individualidade – é susceptível de ser considerado, e para ser bem compreendido tem de ser considerado, sob 3 aspectos diferentes. Esses aspectos são o psychologico, o sociologico, e o esthetico. Um phenomeno literario é produto de determinado psychismo, ou determinadas psyches – de ahi a /critica/ psychologica. É produto de determinada sociedade – de ahi a /critica/ sociologica. E é um produto literário, emfim – de ahi a critica esthetica ou literária, a critica vulgarmente dita.

Ao grupo de poetas e prosadores que apareceram, há pouco, reunidos na revista Orpheu fôram feitas criticas n’estes 3 campos. Não olhemos agora á natureza d’essas criticas. Vejamos apenas que ellas se classificam em qualquer d’aquelles escaninhos. (*idem, ibidem*: 41-42)

Esta projectada defesa de *Orpheu* retoma explicitamente a lógica argumentativa dos ensaios publicados na *Águia*, sinteticamente elencados no terceiro artigo, “A nova poesia portuguesa no seu aspecto psicológico”, em que fica clara a eleição do princípio metodológico da distinção entre critérios psicológico, sociológico e estético, a partir dos quais todos os fenómenos literários, individuais ou colectivos devem ser estudados. Os termos são muito próximos daqueles que encontramos a sustentar a crítica à crítica a *Orpheu*:

Qualquer fenómeno literário – corrente, ou grupo, ou individualidade – é susceptível de ser considerado sob três aspectos, e sob três aspectos tem de ser considerado para ser completamente compreendido. Estes três pontos de vista são o psicológico, o literário e o sociológico. (*idem, 1999b*:36)

No texto sobre *Orpheu*, torna-se evidente que a defesa seja analiticamente tentada pela superação do caso concreto a defender, verificando-se a necessidade de desviar a perspectiva do caso concreto para uma abordagem de outro alcance. Deste modo, “no caso esthetico, iremos versar o problema geral apresentado pelo aparecimento do interseccionismo”, e esse é “o problema das novidades literárias, de todos os tempos e de todas as nações”; relativamente a questões de índole psicológica, “[e]m lugar de perdermos palavras com Julio de Matos e o outro, iremos directos á critica-mãe, e de uma vez para sempre, escangalharemos a tese /escarnida/ pelo charlatão Max Nordau”; e, por último, no campo sociológico, será “o problema em seus aspectos geraes, que encararemos, não o que de □ nossos □ arguiram”. A declaração de superação do caso particular surge como divisa final: “No fundo será por mais do que nós que combateremos. É em nome de toda a novidade, de toda a renovação, que ergueremos a voz (...)”

Mas voltemos ao artigo de 6 de Abril em que o combate obedece a outra tática, limitada a algumas observações que orientassem “os espíritos curiosos” a quem “meia palavra” bastaria.

Começa o autor por colmatar “o que o leitor não sabe”, ou seja, que “o movimento romantico inglês foi iniciado definitivamente pela publicação, em 1798, das *Lyrical Ballads* de Wordsworth e Coleridge”, livro que “teve por toda a Inglaterra um exito de gargalhada”. E Pessoa destaca Byron, que sempre ridicularizou os poetas das *Ballads*, registando que “a sua terceira faze, que é o seu maior – senão o seu único – título de gloria, foi escrita sob a influencia dêsses dois”.

Pessoa apresenta assim a sua “meia palavra”, primeiro termo de uma analogia com o período romântico inglês, de que podemos destacar alguns pontos que poderiam ser transportados para o caso em apreço, *Orpheu*: é uma publicação a dar “definitivamente” o limite *ad quem* de um período literário; esta é uma edição conjunta; está-se perante uma publicação que provoca escárnio e cujos autores são ridicularizados; quem satiriza estes novos será aquele que será por eles orientado e será sob a sua influência que produzirá a sua arte mais meritória.

O artigo de Pessoa é então ocupado por uma longa citação das “sóbrias laudas” de Wordsworth, do seu *Essay Supplementary* à edição de 1815 das *Lyrical Ballads*, em que o poeta inglês expõe a conclusão imposta pela revista: “que todo o autor, na proporção em que é grande e ao mesmo tempo original, tem tido sempre que criar o sentimento estetico pelo qual ha de ser apreciado”. Wordsworth concita outro exemplo, o de “Anibal entre os Alpes”, a ter de abrir o seu próprio caminho; e a partir de casos concretos infere-se uma verdade de sempre, “assim foi sempre e assim continuará a ser”. Pessoa está aqui particularmente interessado em mostrar coisas que sempre assim foram e sempre assim serão e inscreve esta citação, tornada lição, num plano atemporal: “Estas palavras pertencem já à Eternidade” e é a partir delas que convida os leitores a entender *Orpheu*.

O mesmo gesto de, a propósito de *Orpheu*, orientar a compreensão do presente propondo um olhar para o passado é protagonizado por António Mora, e de modo mais radical. Escreve Mora:

Devo a minha compreensão dos literatos de *Orpheu* a uma leitura atturada sobretudo dos gregos, que os habilitam a quem os saiba ler a não ter pasmo de cousa nenhuma. Da Grecia Antiga vê-se o mundo inteiro, o passado como o futuro, a tal altura emerge, dos melhores cumes das outras civilizações, o seu alto pincaro de gloria creadora. (*idem*, 2009:55)

Trata-se agora de uma outra forma de inscrever *Orpheu* na eternidade desejada: se com as *Lyrical Ballads* temos o exemplo em que se subsumem todos os grandes inovadores poéticos e ao qual os grandes originais devem ser conformes para atingirem a grandeza, garante de eternidade,

eternidade a que estas palavras de Wordsworth já pertencem, com a Grécia Antiga de onde Mora vê o mundo inteiro anula-se qualquer novidade literária e é precisamente a inscrição numa ordem que não contempla disrupções que apresenta *Orpheu* como futurável. É da perspectiva da eternidade que António Mora vê *Orpheu* e o aprova. E *Orpheu* é projectado por Pessoa como coisa que fica, que se sustenta para o futuro. A 4 de Março Pessoa escreve a Côrtes-Rodrigues, a propósito da revista e das suas expectativas relativamente a ela, sublinhando de modo inquestionável o seu desejo de que *Orpheu* se firme definitivamente para o futuro:

Vamos ver se conseguimos aguentar a revista até, pelo menos, ao 4º número, para que ao menos um volume fique formado. Vai ficar uma coisa muito boa, com um ar *definitivo*, de coisa *que fica*. (...) Temos de *firmar* esta revista, porque ela é a ponte por onde a nossa Alma passa para o futuro. (*idem*, 1999<sup>a</sup>:155)

Dez anos depois do aparecimento da revista, por volta de 1925, Fernando Pessoa insiste na inutilidade da crítica à revista e no anúncio de um certo silêncio como modo de a apresentar: “Do ruído que causou, das discussões que fez nascer e do êxito, de diversa ordem, que teve não há mister que falemos.” A razão para essa irrelevância decorreria da actualidade dos efeitos causados, “porque ainda que hajam passados dez anos sobre as datas d’aquellas publicações todos o não-esqueceram ou o sabem”. Apesar dessa memória viva, Pessoa insiste na sua vivificação, retomando a apresentação dos de *Orpheu* como subsumíveis na categoria dos grandes originais: “Como todos os inovadores, fomos objecto de largo escarneo e de extensa imitação.” Neste texto, falar de *Orpheu* é ainda atender aos seus efeitos e sublinhar a sua novidade.

Dez anos depois, no terceiro número de *Sudoeste*, essa novidade já não precisa de ser sublinhada, nem os seus efeitos recordados. Enquanto coisa que já foi e já falou por si, fica envolta em silêncio, com o respeito devido às homenagens *post-mortem*, que a nota pessoana também é. Podemos lê-la, na versão depurada que propus há pouco, como inscrição lapidar: “Quanto ao mais, nada mais. Cá estamos sempre. *Orpheu* acabou. *Orpheu* continua.” Depois de várias tentativas de dizer a novidade e os efeitos da revista, Pessoa apresenta-a com o máximo silêncio e a partir de um presente eterno e atemporal em que se declara a extinção e a inextinção de *Orpheu*.

Estas duas frases finais retomam a inicial dupla adjectivação de *Orpheu* como “extinta e inextinguível” e recuperam o exposto logo em 1915, a 21 de Setembro, a Santa-Rita Pintor, a propósito do fim da revista:

De resto, *Orpheu* não acabou. *Orpheu* não pode acabar. Na mitologia dos antigos, que o meu espírito radicalmente pagão se não cansa nunca de recordar, numa reminiscência constelada, há a história de um rio de cujo nome apenas me entrelembro, que, a certa altura do seu curso, se sumia na areia. Aparentemente morto, ele, porém, mais adiante – milhas para além de onde se sumira – surgia outra vez à superfície, e continuava, com seu aquático escrúpulo, o seu leve caminho para o mar. Assim quero crer que seja – na pior das contingências – a revista sensacionista *Orpheu*. (*idem, ibidem*:172-3)

Aqui Pessoa já respondia a uma declaração de morte, corrigindo a leitura da evidência factual da impossibilidade do terceiro número. A perenidade da revista sensacionista começa por ser assim afirmada para imediatamente ser tornada expressão de um desejo e objecto de uma crença (“Orpheu não pode acabar. [...] Assim quero crer que seja [...]”). Quase duas décadas depois, a nota de 1935 nada diz sobre o anúncio do terceiro número de *Orpheu* com que termina o caderno publicado em *Sudoeste*, mas insiste na necessidade de afirmar a presença e actualidade de *Orpheu* para além da extinção da revista, ou seja, de distinguir entre a circunstância história de uma determinada publicação, que rapidamente se extinguiu, e a ruptura que significa, inaugurando uma tradição, que seria *in fieri* e nessa medida inextinguível aos olhos de quem projectava este, como tantos outros gestos seus, numa posteridade sonhada.

Este texto juntamente com os outros dois que Pessoa incluiu nesta homenagem foram os últimos publicados por Pessoa. Recordo que este número de *Sudoeste* é de Novembro de 1935. Este facto atribui-lhes, no conjunto da obra édita, um lugar especial. Esse lugar, sublinhe-se, deve-se a uma circunstância imponderada, a de uma morte que o autor não decidiu nem previu e que, como tal, não foi determinante na escolha deste *corpus*. Mas este, contudo, não deixa de ocupar essa posição na leitura que podemos fazer da obra, entendida aqui como conjunto de textos que o autor decidiu publicar. E os textos pessoanos publicados em *Sudoeste* falam-nos de morte, de celebração e de sobrevivência; e todos podem ser lidos como manifestações em que Pessoa se distingue da *Presença*. Essa distinção é mais evidente quando Pessoa não fala em nome dos de *Orpheu*, mas usa uma primeira pessoa.

A “Nota ao Acaso”, colaboração de Álvaro de Campos, pode ser entendida como uma outra nota para a recordação do seu mestre Caeiro: depois de alguns parágrafos a dar conta dos diferentes tipos de poetas e de sinceridades poéticas, em que resume toda a poética da criação dramática e do fingimento poético, Campos cumpre a homenagem ao Mestre escrevendo-lhe o mais encomiástico dos epítáfios: “O meu mestre Caeiro foi o único poeta inteiramente sincero do

mundo” (Campos, 2014:450). A categoria da sinceridade aqui usada não é certamente um acaso: se as “Notas para a recordação do meu mestre Caeiro” foram publicadas na *Presença*, agora, num contexto editorial que confronta esta e *Orpheu*, compreende-se a apologia desta particular sinceridade poética e insistência em nomear e celebrar Caeiro como mestre, muito especialmente quando João Gaspar-Simões, na sua nota, declara que “Do *Orpheu* ficou-nos a obra de Mário de Sá-Carneiro e a de quantas *individualidades* nele colaboraram e depois dele subsistiram como *individualidades*” (Simões, 1935:27). Esta “Nota ao Acaso” ensaia uma teorização poética que responde à estética presencista e, nessa medida, o que Fernando Pessoa não pode dizer em nome próprio em “Nós os de *Orpheu*” é aqui assinado pelo engenheiro.

O poema “Conselho” pode ser lido como incitação a uma determinada construção tumular, em que poderíamos dizer que o conselho dado é o de que se saiba adquirir o mais profundo, sábio e silencioso despojamento. Quem bem ouvisse este conselho e o cumprisse, guardando-se por detrás de muros bem altos, estaria a cumprir um ensinamento do género “Quanto ao mais, nada mais. Cá estamos sempre”, num apelo ao silêncio que se deve ter perante as coisas definitivas que acabam e que, acabando, continuam. Mas pode também ser entendido como resposta a uma poética de declarada ostentação psicologizante, como a presencista, aconselhando uma poética dramática, a criar uma cisão entre o que deve e o que não deve ser visto. “Cerca de grandes muros quem te sonhas”, é o primeiro conselho do poema, que nos versos seguintes explana essa diferença entre o que deve ser mostrado e o que deve permanecer oculto aos outros e mesmo ao próprio: “Faze de ti um duplo ser guardado.” Este poema pode, nessa medida, ser lido como a última carta que Pessoa endereçou a João Gaspar Simões, encerrando o debate epistolar sobre poética e crítica de poesia que mantiveram durante a colaboração de Pessoa com a *Presença*.

O confronto entre *Orpheu* e *Presença* passou a ser determinante na leitura do modernismo literário português. Na passagem seguinte, Eduardo Lourenço, depois de assinalar o modo como os presencistas se reclamaram como herdeiros de *Orpheu*, dá conta do “surgimento de uma topologia crítico-literária na qual *Orpheu* e *Presença* aparecem lado a lado, ou uma seguindo naturalmente o outro como membros da mesma família espiritual e poética” (1987:147). O que sublinho é que o número de *Sudoeste* que temos vindo a ler encena e promove precisamente essa topologia. Aliás, aí a relação entre as duas revistas pode ser descrita nos precisos termos propostos pela citação de Eduardo Lourenço, pois tanto aparecem lado a lado como se apresentam sequencialmente. É precisamente esta descrição de *Orpheu* enquanto equivalente ou

enquanto primeiro momento da *Presença* que Pessoa visa corrigir na sua colaboração em *Sudoeste*. É a consciência dessa confrontação a tornar decisivas as escolhas do poema “Conselho”, em nome próprio, e a “Nota ao Acaso”, de Álvaro de Campos, pois é neles que se aponta a clara distinção entre aquele que fala pelos “de *Orpheu*” e a *Presença*, sem que esta tenha sido aqui nomeada.

## Referências

- CAMPOS, Álvaro de (2014), *Obra Completa*, Ed. Jerónimo Pizarro e António Cardiello, Lisboa, Tinta da China.
- NEGREIROS, Almada (1935), “Vistas do SW”, *Sudoeste*, n.º 2, Outubro.
- LOURENÇO, Eduardo “«Presença» ou a Contra-Revolução do Modernismo Português?”, in *Tempo e Poesia*, Lisboa, Relógio d’Água, 143-168.
- PESSOA, Fernando (1999a), *Correspondência 1905-1922*, Ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- \_\_\_\_ (1999b), *Crítica*, Ed. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim.
- \_\_\_\_ (2009), *Sensacionismo e outros ismos*, Ed. Jerónimo Pizarro, edição crítica de Fernando Pessoa, Volume X, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SIMÕES, João Gaspar (1935), “Nós a «Presença»”, *Sudoeste*, n.º 3, Novembro.